

PROTOCOLO COLABORAÇÃO Nº 807/2023
IMPLEMENTAÇÃO DE ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO
CURRICULAR NO PRIMEIRO CICLO DO ENSINO BÁSICO PÚBLICO NAS
ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE OEIRAS

Município de Oeiras, pessoa coletiva de direito público número 500.745.943, com sede no Largo Marquês de Pombal, em Oeiras, representado por **Emanuel Francisco dos Santos Rocha de Abreu Gonçalves**, com domicílio necessário no edifício dos Paços do Município, na qualidade de Vice-Presidente da Câmara Municipal, cujos poderes lhe são conferidos por delegação de competências efetuada pelo Presidente da Câmara Municipal, nos termos do Despacho número 01/2023 de 02 de janeiro, adiante designado como **Município** ou **Primeiro Outorgante**; _____

E, _____

O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS AQUILINO RIBEIRO, com sede Escola Básica 2, 3/S Aquilino Ribeiro, sita na Avenida Domingos Vandelli - 2740-123 Porto Salvo, com o número de identificação de pessoa coletiva 600.082.016 representado neste ato pela sua Diretora **Isabel Maria Gonçalves Marques**, portadora do cartão de cidadão _____ emitido pela República Portuguesa, válido _____ com poderes para o ato conforme Ata do Conselho Geral de 23 de junho de 2022 e Aviso n.º 14897/2022, publicado no Diário da República n.º 146, 2.ª Série, parte C, em 29 de julho de 2022, doravante designado por **Agrupamento Escolar** ou **Segundo Outorgante**; _____

E, _____

APEEPS-Associação de Pais e Encarregados de Educação EB1/JI de Porto Salvo, , com o número de pessoa coletiva 510.207.529, com sede na Av. Santa Casa da Misericórdia, 2740-281 Porto Salvo, neste ato representada por **Andreia Isabel Cunha Baião**, portadora do cartão de cidadão [REDACTED] emitido pela Republica Portuguesa, [REDACTED] [REDACTED] na qualidade de Presidente do Conselho Executivo, com poderes para o ato, que verifiquei pelos artigos 22º, al. b) e 24º nº 1, al. a) dos Estatutos da referida associação, publicados em 13/03/2012 no *site* do Ministério da Justiça, bem como pela Ata Nº 14 da Assembleia Geral realizada em 25 de outubro de 2023 que elegeu os respetivos órgãos sociais para o biénio 2023/2025, com respetiva tomada de posse, doravante designada abreviadamente por **Entidade Parceira** ou **Terceira Outorgante**; ____

Considerando que: ____

1. O Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na sua redação atual concretiza o quadro de transferência de competências em Educação para os Municípios, na sequência da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, a Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais; ____
2. Por deliberação do executivo camarário, na proposta de deliberação n.º 684/2019, de 11 de setembro de 2019, aprovada pela Assembleia Municipal, em 15 de outubro de 2019, o Município de Oeiras assumiu a transferência de competências na área da Educação, a partir de 1 de setembro de 2020; ____
3. De acordo com a alínea c) do Artigo 39º, do DL n.º 21/2019, sob epigrafe, Escola a tempo inteiro, compete às câmaras municipais promover as Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) no 1º Ciclo do Ensino Básico (CEB), de caráter

facultativo e de natureza eminentemente lúdica, formativa e cultural que incidam, nomeadamente, nos domínios desportivo, artístico, científico e tecnológico, de ligação da escola com o meio, de solidariedade e de voluntariado e da dimensão europeia da educação;___

4. De acordo com o Artigo 40º -, do mesmo diploma legal, sob epígrafe, Organização e Funcionamento, prevê que a planificação das AEC é desenvolvida conjuntamente pelas câmaras municipais e pelos órgãos de administração e gestão dos agrupamentos de escolas (AE) e escolas não agrupadas (ENA), considerando as necessidades dos alunos e das famílias, a formação e o perfil dos profissionais que as asseguram e os recursos materiais e imateriais de cada território;___
5. A supervisão pedagógica e a avaliação das AEC cabem ao conselho pedagógico de cada AE/ENA;___
6. O disposto no artigo 14º da Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto, reforça que o Município, enquanto Entidade Promotora, pode constituir parcerias com entidades públicas e privadas com ou sem fins lucrativos, para a concretização das AEC, designadamente, para a seleção e recrutamento dos profissionais que venham a assegurar o desenvolvimento das atividades;___
7. Nos termos do artigo 8º da referida Portaria, as AEC são de oferta obrigatória e frequência gratuita, sendo a inscrição facultativa;___
8. Cabe ao Conselho Geral do AE/ENA deliberar sobre os domínios de oferta das AEC e fixar as respetivas durações diária e semanal, mediante parecer do Conselho Pedagógico e auscultação da Entidade Promotora, no caso de esta não ser o AE/ENA;___
9. As AEC têm uma duração semanal de cinco horas de duração para todos os anos de escolaridade;___
10. A oferta das AEC deve ser adaptada ao contexto da escola com o objetivo de atingir o equilíbrio entre os interesses dos alunos, a formação e perfil dos profissionais que

as asseguram e os recursos materiais e imateriais de cada território, de acordo com o previsto no artigo 9º da Portaria n.º 644-Λ/2015, de 24 de agosto;___

11. O Município de Oeiras investe na qualificação das dinâmicas escolares, não só na componente das instalações, mas também na promoção de AEC;___
12. As AEC garantem segurança e estabilidade às crianças e famílias, revelando-se uma mais-valia no apoio à comunidade educativa, tendo sido avaliadas positivamente por parte dos AE/ENA, das famílias e das entidades parceiras;___
13. Torna-se essencial que os tempos de permanência das crianças nos estabelecimentos de ensino às necessidades das famílias e garantir que esses tempos sejam pedagogicamente ricos e complementares às aprendizagens associadas à aquisição das competências básicas;___
14. Tendo o atual executivo definido, como uma das medidas prioritárias para a Educação, “apoiar os projetos extracurriculares” e, nesta medida, “reorganizar o funcionamento das AEC no 1º CEB, impedindo a sua intercalação com as atividades letivas, e garantindo uma ampla diversidade de atividades culturais e desportivas, organizadas numa ótica de clubes, dinamizados em parceria com as organizações da comunidade, e privilegiando os gostos e preferências dos destinatários envolvidos; as escolhas das famílias”.___

É celebrado o presente Protocolo de Colaboração, adiante designado por “Protocolo”, nos termos da Proposta de Deliberação n.º 862/2023, aprovada em 11/10/2023, pela Câmara Municipal, que se regerá de acordo com as seguintes cláusulas: ___

Cláusula 1ª

(Objeto)

O presente Protocolo regula a parceria entre a Entidade Promotora, o Agrupamento Escolar e a Entidade Parceira, com o objetivo de implementar as Atividades de Enriquecimento

Curricular, adiante designado “AEC”, de acordo com a Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto, conjugada com o Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na seguinte escola básica do 1º ciclo do ensino básico pertencente ao **Agrupamento Escolar Aquilino Ribeiro**: ____
- EB Porto Salvo. ____

Cláusula 2ª
(Princípios Orientadores)

As AEC desenvolvem-se de acordo com os objetivos definidos no Projeto Educativo do Agrupamento, atendendo ao contexto da escola com o objetivo de atingir o equilíbrio entre os interesses dos alunos, a formação e perfil dos profissionais que as asseguram e os recursos materiais e imateriais de cada território, e constam do Plano Anual de Atividades. ____

Cláusula 3ª
(Direitos e Responsabilidades)

1. A Entidade Promotora compromete-se a:

- a) Implementar as AEC em parceria com o Agrupamento e com a Entidade Parceira, de acordo com a planificação aprovada pelo Conselho Geral sob proposta do Conselho Pedagógico; ____
- b) Garantir a existência dos espaços necessários ao desenvolvimento das AEC, assegurando a boa prestação das mesmas e a existência das adequadas condições de funcionamento e segurança das instalações; ____
- c) Articular com a entidade parceira os horários e a organização das AEC em parceria com o Agrupamento, no cumprimento das decisões do Conselho Geral; ____
- d) Avaliar a implementação nas escolas das AEC; ____

- e) Fornecer aos serviços competentes do Ministério da Educação a informação solicitada;___
- f) Comparticipar os custos anuais de funcionamento, por cada aluno inscrito e a frequentar as AEC, mediante entrega de dois relatórios da responsabilidade da entidade parceira. ___

2. O Agrupamento de Escolas compromete-se a:

- a) Desenvolver e coordenar as AEC em parceria com a Entidade Parceira e com a Entidade Promotora, de acordo com a planificação aprovada pelo Conselho Geral sob proposta do Conselho Pedagógico;___
- b) Partilhar os recursos humanos, técnico-pedagógicos (nomeadamente, material didático e equipamentos) e de espaços existentes no conjunto de escolas do Agrupamento;___
- c) Participar no processo de seleção dos profissionais a afetar a cada AEC;___
- d) Definir os horários e a organização das AEC em parceria com a Entidade Parceira e com a Entidade Promotora;___
- e) Assegurar a supervisão pedagógica e o acompanhamento da execução das AEC, tendo em vista garantir a sua qualidade e a articulação com as atividades curriculares, nomeadamente:___
 - i. Promovendo a integração das AEC no Projeto Educativo do Agrupamento; ___
 - ii. Envolvendo os professores titulares de turma no planeamento e acompanhamento da execução das atividades e na sua supervisão pedagógica; ___
 - iii. Criando mecanismos de comunicação e articulação entre os professores titulares de turma e os técnicos/profissionais das AEC e entre estes e os Departamentos Curriculares; ___

iv. Acionando o Seguro Escolar, nos termos legais, caso ocorra algum incidente no âmbito das AEC, bem como nos trajetos para e de volta das atividades e em atividades realizadas fora das instalações escolares.____

3. A Entidade Parceira compromete-se a:

- a) Desenvolver e coordenar as AEC em parceria com o Agrupamento e a Entidade Promotora, de acordo com a planificação aprovada pelo Conselho Geral sob proposta do Conselho Pedagógico; ____
- b) Elaborar a planificação das AEC, com o Agrupamento, de acordo com as orientações programáticas e proceder à sua entrega até 31 de outubro ao Agrupamento e à Entidade Promotora; ____
- c) Garantir a existência dos recursos humanos e materiais (material didático e de desgaste) necessários ao desenvolvimento das AEC, assegurando a boa prestação das mesmas e a existência das adequadas condições de funcionamento e segurança das instalações; ____
- d) Recolher e fornecer à Entidade Promotora, até 31 de outubro, informação relativa aos dados biográficos e horários dos recursos humanos contratados; ____
- e) Reportar à Entidade Promotora alterações nos recursos humanos afetos às AEC;
- f) Atestar, por meio de declaração, nos termos e para os efeitos do disposto na Lei n.º 113/2009 de 17 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 103/2015 de 24 de agosto, que foi solicitado o certificado de registo criminal e aferida a idoneidade dos trabalhadores que exercem funções ou atividades, ainda que não remuneradas, que envolvem contacto regular com menores; ____

- g) Nomear uma estrutura de coordenação que articulará tecnicamente com o Agrupamento e com a Entidade Promotora, para efeitos de enquadramento logístico e pedagógico da implementação das AEC; ____
- h) Assegurar os registos de assiduidade dos recursos humanos responsáveis pelo desenvolvimento das AEC; ____
- i) Assegurar as substituições, quando ocorrerem faltas dos técnicos; ____
- j) No início do ano letivo, dotar todas as escolas e sedes de agrupamento de dossier pedagógico onde conste, nomeadamente, a planificação anual das atividades, os planos de aula, os critérios de avaliação e respetivos procedimentos, assim como o nome e o contacto do coordenador da atividade; ____
- k) Articular com o Agrupamento e com a Entidade Promotora, os horários e a organização das AEC, no cumprimento das decisões do Conselho Geral; ____
- l) Assegurar 300 minutos de duração semanal das AEC aos alunos inscritos, nas escolas referidas no ponto 1, da cláusula 1ª do presente Protocolo; ____
- m) Assegurar que os profissionais que dinamizam AEC possuem formação profissional ou especializada adequada ao desenvolvimento das atividades programadas e ao escalão etário do público-alvo ou curriculum vitae relevante para o efeito, de acordo com o previsto no art. 17º da Portaria 644-A/2015;
- n) Remeter à Entidade Promotora dois relatórios de monitorização; ____
- o) Gerir as verbas descentralizadas no âmbito do programa das AEC e arquivar todas as faturas, para eventual necessidade de consulta/auditoria; ____
- p) Colaborar em iniciativas educativas locais, visando a promoção das atividades realizadas no âmbito das AEC; ____
- q) Participar na avaliação da implementação nas escolas das AEC. ____

Cláusula 4^a
(Financiamento)

1. A Entidade Promotora assegura o financiamento das AEC, descentralizando para a Entidade Parceira os seguintes valores nas datas e nas condições infraescritas: ____

150€/total alunos/ano letivo - em duas tranches (outubro e fevereiro), para 300 minutos semanais correspondentes ao valor da DGEstE; ____

60€ provenientes da comparticipação do Município de Oeiras), para 150 minutos semanais/reforço MO/PNPSE ____

Consubstanciando-se globalmente, por aluno e ano letivo, no valor máximo **210€**, nos termos da Proposta de Deliberação. ____

2. Os cálculos das comparticipações referidas no número anterior são efetuados com base no número de alunos fornecidos pelas entidades parceira; ____
3. O valor anual estimado de transferência é calculado com base no número de alunos facultado pelo Agrupamento de Escolas. ____
4. O encargo resultante do presente protocolo será satisfeito pela seguinte dotação orçamental: classificação orgânica: 02 – Câmara Municipal; classificação económica 040701 – Instituições sem fins lucrativos, com os números sequenciais de compromisso 1948258 e 1948238, ambos emitido em 13.10.2023. ____
5. A repartição plurianual de encargos no presente contrato foi autorizada por Deliberação da Assembleia Municipal nº 163/2022 em 20 de dezembro, que aprovou as Grandes Opções do Plano. ____

Cláusula 5ª
(Vigência e Duração)

1. O presente Protocolo vigorará pelo período de um ano escolar, sendo renovável por mais um ano, nos termos do número seguinte e desde que as partes o não denunciem para o termo do prazo e se se mantiverem os pressupostos e as condições em que se baseou a sua colaboração.____
2. A renovação far-se-á automaticamente, estando as verbas condicionadas à transferência da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares - DGESTE e ao que vier a ser aprovado pela Câmara Municipal de Oeiras mediante proposta de deliberação a aprovar para o efeito.____

Cláusula 6ª
(Revisão do Protocolo)

1. O presente Protocolo deverá ser revisto sempre que ocorram motivos que o justifiquem, nomeadamente quando:____
 - i. Ocorrer alteração dos pressupostos ou das condições em que se baseou a sua celebração;____
 - ii. A revisão seja indispensável para adequar o Protocolo aos objetivos prosseguidos;____
 - iii. Em qualquer outro caso, sempre que haja consenso entre as partes.____
2. Quaisquer alterações ao presente Protocolo constarão de aditamentos propostos e celebrados pelas partes, sempre que o julgarem conveniente para a modificação ou adequação às exigências das AEC e da parceria.____

Cláusula 7^a
(Cessação do Protocolo)

1. A todo o tempo, quaisquer dos outorgantes poderá resolver o presente Protocolo se demonstrar, objetiva e fundamentadamente, que houve violação ou incumprimento do disposto no mesmo.____
2. Para os efeitos previstos no número anterior, a resolução deverá ser notificada por carta registada com aviso de receção, onde constem os factos que a parte não faltosa considerou causa da mesma, concedendo-se o prazo de trinta dias úteis para fazer cessar essa causa, sob pena de se efetivar a resolução.____
3. O presente Protocolo poderá igualmente ser denunciado, por escrito, por qualquer uma das partes com a antecedência mínima de 90 (noventa) dias relativamente ao termo do prazo, desde que da mesma não decorra a suspensão ou inviabilização das atividades em curso.____
4. O presente Protocolo poderá ainda cessar a todo o tempo, se os outorgantes, por exclusivo e de comum acordo, o decidirem expressamente, ou se se vierem a alterar as condições em que se baseou a sua celebração.____
5. O incumprimento culposo das obrigações assumidas pela Entidade Parceira no âmbito do presente Protocolo, constitui motivo para a resolução imediata do mesmo por parte da Entidade Promotora, implicando a devolução dos montantes já recebidos e o não pagamento das prestações vincendas.____
6. Considera-se incumprimento culposo, nomeadamente, o desvio à prossecução do objeto do presente Protocolo e a não afetação dos montantes atribuídos aos fins a que se destinam.____

Cláusula 8.^a

(Gestor do contrato)

De modo a acompanhar permanentemente a execução contratual, é designado o Chefe da Divisão de Desenvolvimento da Política Educativa [REDACTED] como gestor deste contrato. ____

Cláusula 9.^a

(Princípios)

As partes colaborarão na base dos princípios da confidencialidade, reciprocidade, benefício mútuo, partilha de resultados e defesa dos direitos de propriedade intelectual.

Cláusula 10.^a

(Proteção de Dados Pessoais)

1. Os dados pessoais das crianças abrangidas pelo presente protocolo são disponibilizados, exclusivamente para a finalidade prevista para o protocolo em questão. ____
2. A licitude do tratamento de dados pessoais das crianças abrangidas pela execução do protocolo, depende de prévio consentimento livre, expresso e informado, por parte do encarregado de educação das crianças que se inscrevem nas Atividades de Enriquecimento Curricular. ____
3. Os dados pessoais das crianças abrangidos pelo protocolo desenvolvido no âmbito das atividades de enriquecimento curricular são objeto de tratamento pelos Outorgantes e não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do Protocolo. ____
4. O Primeiro Outorgante é o responsável pelo tratamento de dados que são transmitidos pelo Segundo Outorgante para efeitos de validação pelo Primeiro Outorgante. ____

5. O Terceiro Outorgante assume a qualidade de Subcontratante no tratamento de dados, por conta e de acordo com as orientações do Segundo Outorgante, enquanto responsável pelo tratamento de dados pessoais. ____
6. Na falta de disposições legal em matéria de conservação dos dados pessoais no âmbito da referido Protocolo, o Terceiro Outorgante deve eliminar os dados pessoais das crianças visadas, depois de concluída a prestação. ____
7. O Terceiro Outorgante compromete-se a: ____
 - a) Adotar as medidas técnicas e organizativas adequadas para que o tratamento de dados cumpra o Regulamento Geral sobre Proteção de Dados e as orientações definidas pela Segunda Outorgante; ____
 - b) Assegurar a confidencialidade e segurança no tratamento de dados pessoais das crianças abrangidas por este protocolo. ____
8. A obrigação de confidencialidade prevista na presente cláusula mantém-se em vigor para além do cumprimento ou cessação do presente protocolo independentemente do motivo que lhe der causa. ____
9. O prazo referido no nº 6 não se aplica quando estejam em causa obrigações legais de conservação e apagamento dos dados durante diferente período de tempo definido e fixado legalmente. ____

Cláusula 11ª

(Situações omissas e dúvidas de interpretação)

As situações não previstas no presente Protocolo, bem como as dúvidas relativas à sua interpretação e/ou execução, resolver-se-ão de acordo com o disposto no Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na Área da Educação do Município de Oeiras n.º 558/2015, de 28 de julho, no Decreto-Lei n.º 212/2009, de 3 de setembro, na sua atual redação e que estabelece o regime de contratação de técnicos que asseguram o desenvolvimento das atividades de enriquecimento curricular (AEC) no 1.º ciclo do ensino

básico nos agrupamentos de escolas da rede pública, e na Portaria n.º 644-A/2015 de 24 de agosto, que se aplica aos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico e define as regras a observar no seu funcionamento, bem como na oferta das atividades de animação e de apoio à família (AAAF), da componente de apoio à família (CAF) e das atividades de enriquecimento curricular (AEC).____

Cláusula 12ª

(Foro)

1 - Os litígios sobre interpretação, validade ou execução do presente protocolo serão dirimidos segundo juízos de equidade, nos termos do artigo 4.º, alínea c) do Código Civil.____

2 - Caso se fruste a conciliação nos termos do número anterior, as partes Outorgantes consideram como foro competente o Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.____

Cláusula 13ª

(Disposições finais)

Todas as comunicações e notificações entre os Outorgantes, relativas ao presente Protocolo ou em conexão com ele, para serem válidas, terão de ser efetuadas por escrito e dirigidas para os respetivos domicílios, caso em que será este que conta. ____

E para constar se lavrou o presente contrato que vai ser assinado por todos os outorgantes, perante mim, [REDACTED] [REDACTED] na qualidade de Oficial Pública, nomeada por despacho n.º 57/2023 do Presidente da Câmara Municipal, em 11 de abril, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 35º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que o fiz escrever e também assino. ____

Oeiras, 07 de novembro de 2023.____

Pelo Primeiro Outorgante

[Redacted signature]

Francisco Rocha Gonçalves

Pelo Segundo Outorgante

[Redacted signature]

Isabel Marques

Pela Terceira Outorgante

[Redacted signature]

Andreia Baião

A Oficial Pública

[Redacted signature]

[Redacted signature]